



Número: **0808244-32.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **16/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
YOHANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO (AUTOR)	ENÉAS FLÁVIO SOARES DE MORAIS SEGUNDO (ADVOGADO) GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM (ADVOGADO)
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24476 348	16/09/2019 23:17	Petição Inicial	Petição Inicial
24476 450	16/09/2019 23:17	YORANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO - DPVAT	Informações Prestadas
24476 451	16/09/2019 23:17	PROCURAÇÃO	Procuração
24476 453	16/09/2019 23:17	BO E LAUDOS	Documento de Comprovação
24476 454	16/09/2019 23:17	RESPOSTA SEGURADORA	Outros Documentos
24476 464	16/09/2019 23:17	GuiaCustas-	Informações Prestadas
24504 297	17/09/2019 16:50	Expediente	Expediente
24537 178	18/09/2019 14:37	Juntada de declaração	Petição
24537 184	18/09/2019 14:37	YOHANA	Outros Documentos
24655 036	23/09/2019 17:28	Despacho	Despacho
24672 273	23/09/2019 19:47	Expediente	Expediente
24672 274	23/09/2019 19:47	Mandado	Mandado
24769 557	26/09/2019 10:56	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
24769 562	26/09/2019 10:56	0808244-32	Devolução de Mandado
24868 955	30/09/2019 14:28	Certidão	Certidão
24873 732	30/09/2019 16:39	Despacho	Despacho
24890 077	30/09/2019 22:14	Expediente	Expediente
24890 078	30/09/2019 22:14	Expediente	Expediente

Em anexo.



MORAIS & AMORIM

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CÍVEL DO FÓRUM REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.

YORANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO,
brasileira, solteira, autônoma, portadora da Cédula de Identidade n.º 3.274.926
SSP-PB, e do CPF nº 087.731.114-57, podendo receber intimações na Rua
Comerciante Felix Cahino, nº 286, Valentina, João Pessoa/PB – **RESIDE COM A**
MÃE, por meio de seus procuradores e advogados adiante assinados, legalmente
constituídos nos termos do incluso instrumento de mandato, que podem receber
intimações na Rua Praça Venâncio Neiva 21, Centro, Santa Rita/PB, vem,
respeitosamente perante V. Ex.^a propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO
(DPVAT) - COMPLEMENTAR**

EM VIRTUDE DE INVALIDEZ/DEBILIDADE PERMANENTE

em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de
direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.055.146/000 1-93,
podendo ser citada no Parque Sólon de Lucena, 641, Centro, João Pessoa/PB o
que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor:

DA JUSTIÇA GRATUITA:

Inicialmente, requer a promovente sejam-lhe concedidos os benefícios da
justiça gratuita, nos exatos termos do art. 4º da Lei 1.060/1950, e 5º, LXXIV, da



não ter condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

É cediço que a simples afirmação, nos moldes dos dispositivos retro citados, bem como reconhecidos na jurisprudência pátria dominante, é suficiente para o deferimento do pedido, conforme se pode observar na decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba, a seguir, litteris:

“Assistência judiciária – Afirmação de pobreza em requerimento da parte – Dispensa de outras provas.

Não é necessário, para a concessão do benefício da assistência judiciária, que a parte prove sua condição de necessitado. Basta, a simples afirmação de sua pobreza, até sua prova em contrário.

Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a recorrer aos benefícios da Defensoria Pública.” (TJ/PB – 2ª Câmara Cível – Apelação Cível nº 1996.004267-6. Rel. Des. Antônio Elias de Queiroga – Data do julgamento: 24/03/1997 – Publ. DJ: 03/04/1997).

Assim, pugna a promovente pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, de modo a ser dispensado, na hipótese de recurso, do pagamento das custas e demais despesas processuais, além de honorários advocatícios da sucumbência, na improvável hipótese de ver vencido na lide.

I- BREVE RESUMO DOS FATOS:

Em 07/04/2019, a promovente foi vítima de acidente de trânsito quando conduzia automóvel (PLACA: QFC 0840/PB) e ao trafegar pelo Bairro de Valentina, nesta Capital, bateu no meio fio, vindo a capotar o veículo, após outro veículo surgir



em alta **MORAIS & AMORIM** velocidade,
causando o acidente, consoante certificado no Boletim de Ocorrência. Após o acidente a autora foi socorrida e encaminhada para o COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA.

Pelo fato descrito acima, a autora sofreu escoriações que a deixaram com sequelas irreversíveis devido às lesões sofridas, sendo submetida a procedimento cirúrgico, **conforme consta dos laudos médicos em anexo, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).**

Porém, mesmo depois de todo esforço para se reabilitar, com cirurgias e fortes medicamentos, a autora teve comprovada – **FRATURA EXPOSTA DE PUNHO ESQUERDO COM PERDA DE ELEMENTO ÓSSEO E TENDINEO - GERANDO INCAPACIDADE PARA ATIVIDADES HABITUAIS E DEFORMIDADE PERMANENTE PELA GRAVIDADE DO TRAUMATISMO SOFRIDO.**

Com esta sequela, a autora não consegue realizar suas atividades cotidianas, sentindo ainda fortes dores no local da lesão em face das restrições nos movimentos.

Devido a sequela decorrente do acidente de trânsito, a promovente requereu junto a Seguradora Líder o recebimento da Indenização devida (SINISTRO 3190456712), no entanto, para sua surpresa, apesar da gravidade das lesões e o estado atual pelo qual a autora se encontra, este teve liberado em seu favor tão somente o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), conforme extrato anexado.

Desta feita, sem alternativa, já que o valor recebido pela seguradora Líder foi aquém ao devido, vem pleitear da empresa promovida o PAGAMENTO COMPLEMENTAR da indenização do seguro por invalidez permanente, uma vez que esta empresa integra a FENASEG (Federação Nacional dos Seguros Privados e de Capitalização).



II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -



MORAIS & AMORIM

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do *Quantum* Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$ 13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos



MORAIS & AMORIM

valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Importa ressaltar que levando em consideração a grave lesão sofrida pela autora – FRATURA EXPOSTA DE PUNHO ESQUEDO COM PERDA DE ELEMENTO ÓSSEO E TENDINEO, este deveria ter recebido da Seguradora ré o importe de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) e não R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).

Assim, incontroverso, o valor que deverá ser pago a título de indenização de forma complementar a parte autora no importe de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) pela invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: **“A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta.”**

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu



MORAIS & AMORIM

a necessidade
de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) devidamente corrigidos da data do acidente em 07/04/2019, provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente de trânsito;
- c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que a



autora **MORAIS & AMORIM** é pobre nos
termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas
processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos,
principalmente a prova documental, que segue acostada;

e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base
de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso;

f) Seja **DISPENSADA** a designação de audiência de conciliação, com fulcro no
artigo 319, inciso VII, do Novo Código de Processo Civil;

g) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o
intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir
as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse
não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico
Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 02 de setembro de 2019.

Giullyana Flávia de Amorim

Advogada OAB/PB nº 13529

Enéas Flávio S. de Moraes Segundo

Advogado OAB/PB nº 14318



MORAIS & AMORIM ADVOGADOS

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

Yolana Kelly da Silva Nascimento
R. Lomene Felice Calhaz n° 286 casa
V. Figueiredo Cep 58064-727 João Pessoa P. B.
RG-3274926 CPF. 087.731-114-57

OUTORGADOS: Giullyana Flávia de Amorim, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o n° 13529, portadora do CPF/n° 011197984/69 e/ou Enéas Flávio Soares de Moraes Segundo, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o n° 14318, portador do CPF/n° 05631026406, com endereço profissional na Av. João Machado, 553, sala 127, Empresarial Plaza Center, Centro, João Pessoa/PB, onde recebe intimações, podendo atuar em conjunto ou separadamente.

PODERES: O outorgante concede procuração geral para o foro, conforme o artigo 105 do NCPC, bem como os poderes da cláusula "ad judicium" e os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, dar quitação, receber, inclusive alvarás judiciais, perante qualquer instituição, inclusive financeiras, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, representar junto às instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer, e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

João Pessoa, 02-09-2019

Yolana Kelly da Silva Nascimento
Outorgante

Av. João Machado, 553 - Sala 127 - Empresarial Plaza Center - Centro - João Pessoa - PB.
Praça Venâncio Neiva, 21 - Centro - Santa Rita - PB.
Telefones: (83) 3032-1329/ (83) 3229-1074.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Yorana Kelly da Silva Nascimento

declara, para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, e sob as penas da lei nº 7.115, de 29 de Agosto de 1983, que não possui condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

João Pessoa, 02.09.2019

Yorana Kelly da Silva Nascimento
DECLARANTE

Av. João Machado, 553 - Sala 127 - Empresarial Plaza Center - Centro - João Pessoa - PB.
Praça Venâncio Neiva, 21 - Centro - Santa Rita - PB.
Telefones: (83) 3032-1329/ (83) 3229-1074.



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1410538553

NOME
GIULLYANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO



DOCUMENTO / ORIGINAL
3274020 SUP FDI

CPF 007.731.114-57 DATA NASCIMENTO 04/02/1909

PAIS
JOSE FERNANDO DO
NASCIMENTO
VERONICA DA SILVA
NASCIMENTO

PREVISTO
ACC
CATEGORIA

CPF 00033670103

VALIDADE 01/02/2022 1ª EMISSÃO 09/07/2012

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
31 JUL. 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

Giullyana Kelly da S. Nascimento

LOCAL
JOÃO PESSOA, PB

VALIDADE
01/02/2017

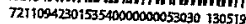
[Signature]

55040015406
P0034007990

PARAIBA

1410538553





PC-16

CTC RECIFE PE PL7

VERONICA DA SILVA NASCIMENTO
R COMERC FELIX CAHINO 286
CASA - V FIGUEIREDO
58064-727 JOAO PESSOA - PB



Nacional

Resumo da fatura em R\$

Total da fatura anterior	254,66
+ Pagamentos efetuados	0,00
= Saldo financiado	254,66
+ Encargos (financiamento + moratório)	41,99
= Total desta fatura	296,65

Atenção: em caso de pagamento inferior ao valor total, o consumidor deve arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura, incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago.

Titular **VERONICA DA SILVA NASCIMENTO**
Cartão **5309.XXXX.XXXX.4003**

Pra que esperar a fatura impressa? Mude já para a Fatura Digital. Acesse: magazine.luiza.com.br/luizacred > Cartão Luiza > Fatura Digital

vencimento

27/05/2019

A) pagamento total

296,65

B) pagamento mínimo

296,65

C) parcelas fixas

Não Disponível

B) Pagamento mínimo: optando por pagar quantia entre o valor constante nesta opção e o total da fatura, você estará financiando a diferença pelo crédito rotativo. Se você efetuar um pagamento inferior ao pagamento mínimo, você estará em atraso, incorrendo em juros, multa e mora.

Limites de crédito R\$

Limite total de crédito	3.990,00
Limite utilizado no mês	296,65
Retirada de recursos País(saque)	190,00

Encargos cobrados nesta fatura

Juros do rotativo	14,90 %	38,05
Juros de mora	1.01 % am	2,53
Multa por atraso	2.00 %	0,74
IOF de financiamento (0,38 % + 0,0082 % a.d.)		0,67
Total de encargos em R\$		41,99

Fique atento aos encargos para o próximo período (27/05 a 26/06)

Juros Máximos do contrato 15,40 % am 471,26 % aa

Pagamento mínimo desta fatura

Valor da fatura atual		296,65
Juros máximos do contrato	15,40 % am	471,26 % aa
CET do financiamento da fatura	16,03 % am	510,13 % aa

Continued...

Banco Itaú S.A. 341-7 34191.75041 34336.402044 00168.710002 5 000
Número do Documento 00504343364/0016537

Número da Documento 00504343364/0016523

Nome do Pagador: CPF/CNPJ

VERONICA DA SILVA NASCIMENTO - 953.949.234-34
11175ACDEF S/A SCEL - 07 706 577/0001-80

Nosso Número

Valor do Documento

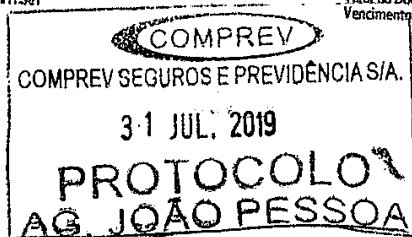
Vendimentazione

recibo do pagador

175/04343364-0

R\$ 296,65

27/05/2019





**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 08268.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 08268.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:07 horas do dia 24 de julho de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Cristiano Cruz Cordula, Agente de Investigação, matrícula 1565699, ao final assinado, compareceu **Yohana Kelly da Silva Nascimento**, CPF nº 087.731.114-57, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), profissão Autônoma, filho(a) de Veronica da Silva Nascimento e José Fernandes do Nascimento, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 04/09/1989 (29 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Comerciante Félix Cahino, Nº 286, bairro Valentina, tendo como ponto de referência Em Frente a Escolinha Pequenos Paços., na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98845-2270.

Dados do(s) Fatos:

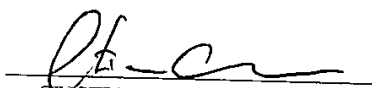
Local: Rua Comerciante Félix Cahino, nº 286, Próximo a Residência da Declarante., João Pessoa/PB, bairro Valentina; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 07/04/19 01:40h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.

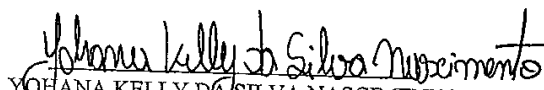
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

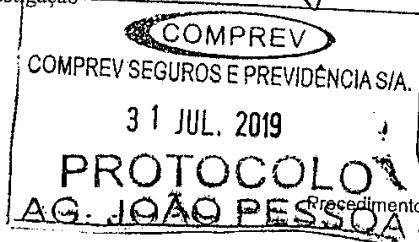
QUE, segundo a declarante no dia 07/04/2019 por volta das 01:40 horas quando transitava, pelo bairro de Valentina, João Pessoa-PB; na Rua Comerciante Félix Cahino, com o veículo tipo Chevrolet/Onix 1.4 MT LTZ ano/mod: 2014/2015, de cor branca de placa: QFC0840/PB CHASSI: 9BGKT48L0FG232910 pertencente ao Sr. Luiz Carlos Nascimento Vicente portador do CPF: 064.373.234-93; Que segundo a mesma vinha pilotando normalmente o carro quando surgiu um veículo em alta velocidade na contra/que evadiu-se do local, que a declarante teve que desviar do referido veículo fazendo uma manobra no qual o veículo conduzido pela declarante colidiu com o meio fio e veio a capotar; Que devido ao fato o declarante veio a se lesionar sendo socorrido pelo por terceiros ao COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOVERNADOR TARCISIO BURITY onde foi diagnosticada, de acordo com a CERTIDÃO de nº 0959/2019, FRATURA/LUXAÇÃO EXPOSTA DE PUNHO ESQUERDO COM PERDA DE ELEMENTO ÓSSEO E TENDINEO, conforme LAUDO MÉDICO assinado pela Dra. SÔNIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA CRM 2959/PB.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 24 de julho de 2019.


CRISTIANO CRUZ CORDULA
Agente de Investigação


YOHANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO
Noticiante



Procedimento Policial: 08268.01.2019.1.00.401





CERTIDÃO

Nº. 0959/2019

Atendendo solicitação de GIULLYANA FLAVIA DE AMORIM e acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha Ambulatorial Nº219447 e Prontuário nº 2019.04.000733 pertencentes a **YORANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO** requerente que foi atendida dia 07/04/2019 às 02H23min, vítima de capotamento, apresentando trauma em punho esquerdo.

Submetida a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura/luxação exposta de punho esquerdo com perda de elemento ósseo e tendíneo. Realizado procedimentos cirúrgicos dias 07,16, e 23/04/2019 e 08/05/2019 com alta médica dia 17/05/2019.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 01 de Julho de 2019

Médica
CRM/PB 2959



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 219447 Atd: Nao Re
Data: 07/04/2019
Hora: 02:23:33
Recepçcionista: ROSICLE BEZERRA I
Clínica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: YORRANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO Num. de vezes atendido: 1
CNS: SEM CNS Sexo: F SEM DOCUMENTO: SD Fone: 998659884 Num. Prontuario: 2019.04.000733
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 04/08/1989 Id: 29 ano(s)
End.: RUA COMERCIANTE FELIX CAHINO (LOT PARATIBE), 286
Bairro: VALENTINA DE FIGUEIREDO Cidade: JOAO PESSOA UF: PB
Mae: VERONICA DA SILVA NASCIMENTO Pai:
Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO
Ocupação: Estado Civil: NAO INFORMADO
IN MACOES DE ENTRADA Escolaridade:
Resp.: YORRANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO
Tel/Doc. Responsavel: 998659884 / SEM DOCUMENTO: SD
Procedencia: RUA

Transporte utilizado: TRANSP. PUBLICO
Vitima de acidente por: VITIMA DE CAPOTAMENTO
Vitima de violência por: NAO
[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

PA: FR:
FC: TP:
Peso: Altura:
Gl mia: IMC:
Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispineia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito

Queixa Principal

Observacao

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

paciente vítima de acidente de trânsito, apresentando ferimentos e lesões, apresentando lesões no membro superior esquerdo, apresentando lesões no membro superior direito. Nega TCE, desmaiou após o acidente. Ferimentos no tórax, abdome e membros superiores. Relato de dor.

Prescrição

Horario da medicacao

1) Cefazolina 2g + AM. EV
2) Dipirona 4ml + AM. EV
3) Tramadol 100mg + 100ml de SF. EV

Dr. Gustavo Lima
Cirurgia Geral e Videolap
CRM-PB 742



(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPRESSATRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190456712 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA YOHANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO YOHANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO

CPF/CNPJ: 08773111457

Posição em 03-09-2019 08:54:34

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00


Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
26/08/2019	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
14/08/2019	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/Rfl+f+SV3COPWftR0S8api_key=JNZSNHQtdzoEIDdKslu8oUMmNmngC9J9cAqvMM+QdroQ=)
04/08/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/JXPjj7SHSF__6v8eMB8Hcapi_key=JNZSNHQtdzoEIDdKslu8oUMmNmngC9J9cAqvMM+QdroQ=)



04/08/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/YZscgNYx1JC__xpCA3api_key=JNZSNHQtdzoEIDdKslu8oUMmNmGc9J9cAqvMM+QdroQ=)
------------	---	---

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(https://www.seguradoralider.com.br)

(https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
 (https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
 (https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Saiba-como-pagar.aspx)
 (https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Pontos-de-Atendimento.aspx)
 (https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao.aspx)

Serviços

- > (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- > (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- > (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- > (/Pontos-de-Atendimento)
- > (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)



Dúvidas e Respostas


- > [\(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](#)
- > [\(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](#)
- > [\(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](#)
- > [\(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)
- > [\(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](#)
- > [\(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](#)

Atendimento

- > [\(/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line\)](#)
 - > [\(/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes\)](#)
 - > [\(/Contato/telefones-de-contato\)](#)
 - > [\(/Contato/Ouvidoria\)](#)
 - > [\(/Contato/canal-de-Denuncias\)](#)
 - > [\(/Mapa-do-Site\)](#)
 - > [https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288\)](https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288)
- [\(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.1.19.26751/01
			Data de emissão: 16/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.626751 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 252,90 Promovente: YORANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO - Taxa Judiciária: R\$ 70,88 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 325,13
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000031 251309283181 520190930203 011926751014 			Valor final: R\$ 325,13

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.1.19.26751/01
			Data de emissão: 16/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.626751 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Promovente: YORANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO Promovido: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 325,13
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 325,13

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.1.19.26751/01
			Data de emissão: 16/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.626751 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 252,90 Promovente: YORANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO - Taxa Judiciária: R\$ 70,88 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 325,13
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000031 251309283181 520190930203 011926751014 			Valor final: R\$ 325,13





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2019.626751

Data Vencimento: 30/09/2019

Data Emissão: 16/09/2019

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: YORANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO

Promovido: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A

Valor da Causa: R\$ 4.725,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 252,90

Taxa: R\$ 70,88

Total da Guia: R\$ 323,78

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0808244-32.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: YOHANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar* documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade.

João Pessoa/PB, 17 de setembro de 2019.

WALFREDO RODRIGUEZ NETO

Técnico Judiciário



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DA REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.

Processo: 0808244-32.2019.8.15.2003

YOHANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO, já qualificada nos autos da ação em epígrafe, por intermédio de seus advogados adiante assinado, vem, respeitosamente, perante vossa Excelência, em cumprimento ao despacho retro, informar que não possui renda, não tendo documento que comprove sua renda.

Neste sentido, requerer a juntada de declaração escrita a punha pela autora informando sua situação financeira atual.

Requer por fim, o deferimento do pedido da Assistência Judiciária Gratuita, bem como o andamento regular do processo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa, 18 de setembro de 2019

Giullyana Flávia de Amorim

OAB/PB: 13529

Enéas Flávio S.de Moraes Segundo

OAB/PB: 14318



João Pessoa - PB

18 de Setembro, 2019

Eu Johanna Kelly da Silva Nascimento

Portadora do CPF: 087.731.11457, RG: 3274926, estado civil solteira, residente na Rua Comerciante Felix Cabano n° 286 bairro do Volantim, cidade de João Pessoa estado Paraíba. Declaro para os devidos fins não possuir qualquer renda financeira, nem contribuir com nenhuma categoria de aposentadoria, visando no presente momento de auxílio de familiares.

Johanna Kelly da Silva Nascimento





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0808244-32.2019.8.15.2003

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia 31 de Outubro de 2019, às 15:10h, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite-se e intime-se a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do C.P.C fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do C.P.C, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia 31/10/2018, às 15h10min, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.



Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do C.P.C).

Intimem-se as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

CUMPRA COM URGÊNCIA.

JOÃO PESSOA, 23 de setembro de 2019.

Fernando Brasilino Leite

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0808244-32.2019.8.15.2003

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia 31 de Outubro de 2019, às 15:10h, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite-se e intime-se a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do C.P.C fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do C.P.C, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia 31/10/2018, às 15h10min, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.



Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do C.P.C).

Intimem-se as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

CUMPRA COM URGÊNCIA.

JOÃO PESSOA, 23 de setembro de 2019.

Fernando Brasilino Leite

Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA (PARTE PROMOVIDA)

Nº DO PROCESSO: 0808244-32.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: YOHANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite e intime a parte promovida:

Nome: BRADESCO SEGUROS S/A
Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, 58013-131, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 5 8 0 1 3 - 1 3 0

para comparecer na audiência designada:

Tipo: Una Sala: Sala de Audiências da 4ª Vara Regional Mangabeira Data: 31/10/2019 Hora: 15:10 .

Cite-se e intime-se a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se



realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder. Para tanto, **nomeio a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva** perita nos presente autos, estando ele já ciente da nomeação e data e horário da perícia. **Intime-se a BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A, para efetuar o pagamento dos honorários periciais**, no valor de R\$ 200,00(duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud. Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A, na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias. Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB. Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (cópia da petição inicial).

João Pessoa/PB, 23 de setembro de 2019.

De ordem, DANIELLE TANOUSS DE MIRANDA SALGADO
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

19091623163971700000023696511





Poder Judiciário da Paraíba

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que em cumprimento ao presente, citei e intimei o **Bradesco Seguros S.A.**, na pessoa da Senhora **Rorimary Soares Costa**, Assistente Operacional, que exarando seu ciente, aceitou a cópia do Mandado que lhe ofereci. O referido é verdade; dou fé.

JOÃO PESSOA - PB., 26 de setembro de 2019.

GIUSEPPE EMMANUEL LYRA

Oficial de Justiça - Mat. 470.115-1



Successfully created



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA (PARTE PROMOVIDA)

Nº DO PROCESSO: 0808244-32.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: YOHANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO
RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Regional de Mangabeira, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite e intime a parte promovida:

Nome: BRADESCO SEGUROS S/A

Endereço: PQ SOLON DE LUCENA, 641, 58013-131, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-130

para comparecer na audiência designada:

Tipo: Una Sala: Sala de Audiências da 4ª Vara Regional Mangabeira Data: 31/10/2019 Hora: 15:10 .

Cite-se e intime-se a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez

-26-Ser-2019-09:07-179800- /

Bradesco

Bradesco Auto Re Cia de Seguros,


Rosimery Soares Costa
Assistente Operacional
8337/Sucursal João Pessoa - PB





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, nomeio a médica **Rosana Bezerra Duarte de Paiva** perita nos presente autos, estando ele já ciente da nomeação e data e horário da perícia.

Intime-se a BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A, para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A, na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos.

Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (cópia da petição inicial).

João Pessoa/PB, 23 de setembro de 2019.

De ordem, **DANIELLE TANOUSS DE MIRANDA SALGADO**
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
19091623163971700000023696511



Assinado eletronicamente por: **DANIELLE TANOUSS DE MIRANDA SALGADO**

23/09/2019 19:47:32

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **24672274**



19092319473190700000023880955

imprimir





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Regional de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, - de 5/6 a 5/6, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:
58055-018

Número do Processo: 0808244-32.2019.8.15.2003
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: YOHANA KELLY DA SILVA NASCIMENTO
Polo passivo: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, de ordem verbal da MM Juíza da 4ª Vara Regional, faço conclusos os presentes autos para readequação da pauta de audiência.

JOÃO PESSOA, 30 de setembro de 2019
WALFREDO RODRIGUEZ NETO





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Regional de Mangabeira

DESPACHO

Vistos, etc.

Redesigno a audiência para o dia 26/11/2019 às 15:40h, devendo ser observado integralmente os demais termos do despacho anterior.

JOÃO PESSOA, 30 de setembro de 2019.

Fernando Brasilino Leite

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Regional de Mangabeira

DESPACHO

Vistos, etc.

Redesigno a audiência para o dia 26/11/2019 às 15:40h, devendo ser observado integralmente os demais termos do despacho anterior.

JOÃO PESSOA, 30 de setembro de 2019.

Fernando Brasilino Leite

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Regional de Mangabeira

DESPACHO

Vistos, etc.

Redesigno a audiência para o dia 26/11/2019 às 15:40h, devendo ser observado integralmente os demais termos do despacho anterior.

JOÃO PESSOA, 30 de setembro de 2019.

Fernando Brasilino Leite

Juiz(a) de Direito

